PAUTA
PARA A 20ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 14 DE ABRIL DE 2015

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 415, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana Estadual da Diabetes Tipo 1".

2 - Projeto de lei nº 416, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Dispõe sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos adquirentes de aparelhos celulares e chips de todas as operadoras de telefonia móvel que operam no Estado.

3 - Projeto de lei nº 417, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Dispõe sobre a aplicação de multa pecuniária para desperdício de água no Estado.

4 - Projeto de lei nº 418, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre medidas de conscientização na condução de veículos automotores com reflexos indenizatórios, inclusive no DPVAT - seguro de danos causados por veículos automotores de vias terrestres.

5 - Projeto de lei nº 419, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahão. Torna obrigatória a afixação de mensagens contra a pedofilia em talões de cheques.

6 - Projeto de lei nº 420, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Dispõe sobre a proibição da hospedagem de crianças e adolescentes desacompanhadas de seus pais ou responsáveis legais em hotéis, pensões, albergues e estabelecimentos afins do Estado.

7 - Projeto de lei nº 421, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Institui o "Dia dos Ministros de Louvor e dos Grupos de Louvores das Igrejas Evangélicas" do Estado.

8 - Projeto de lei nº 422, de 2015, de autoria do deputado Roberto Morais. Declara de utilidade pública a "Associação Ilumina", em Piracicaba.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 22, de 2015, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Acrescenta inciso ao artigo 295 da Lei Complementar nº 734, de 1993, Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, criando a Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e de Gênero, e dá outras providências.

2 - Projeto de lei Complementar nº 23, de 2015, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Acrescenta inciso ao artigo 295 da Lei Complementar nº 734, de 1993, Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, criando a Promotoria de Justiça de Educação, e dá outras providências.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 21, de 2015, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Altera as disposições da Lei Complementar nº 734, de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo), e dá outras providências.

2 - Projeto de lei nº 414, de 2015, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr. Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 20, de 2015, de autoria do deputado Raul Marcelo. Altera a Lei Complementar nº 1.093 de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.

2 - Projeto de lei nº 409, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Dispõe sobre medidas para que as empresas prestadoras de serviços de TV por assinatura situadas no Estado mantenham escritórios regionais nas microrregiões, para atendimento pessoal.

3 - Projeto de lei nº 410, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Religiosa Exército de Santo Expedito", em Santo Expedito.

4 - Projeto de lei nº 411, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Delegado de Polícia Dr. Jovar Brigantini" à Central de Polícia Judiciária de Tupã.

5 - Projeto de lei nº 412, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Obriga os prontos-socorros, hospitais e clínicas de saúde, públicas ou privadas, a afixar, em local público, cartazes esclarecedores acerca da legislação que prevê o crime de Omissão de Socorro.

6 - Projeto de lei nº 413, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Revoga o § 1º do artigo 1º da Lei 15.626, de 2014, que torna obrigatória a presença de farmacêutico responsável técnico nos quadros das empresas transportadoras de medicamentos e de insumos farmacêuticos.

7 - Moção nº 20, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes que sejam empreendidos todos os esforços necessários para reajustar a tabela o Sistema Único de Saúde - SUS.

8 - Moção nº 21, de 2015, de autoria do deputado Marcos Damasio. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que solicite aos conselheiros do CONTRAN modificação da suspensão da pontuação na CNH dos motoristas profissionais, taxistas e caminhoneiros que se submeterem a doação de sangue anual.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 402, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahão. Torna obrigatória a realização do "Teste do Quadril" (exame para detectar a displasia do desenvolvimento dos quadris) em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades do Estado.

2 - Projeto de lei nº 403, de 2015, de autoria do deputado Marcos Damasio. Classifica Mogi das Cruzes como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 404, de 2015, de autoria do deputado Marcos Damasio. Classifica Iporanga como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 405, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Declara de utilidade pública a "Associação Ornitológica Regional de Ourinhos - ASSORO", naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 406, de 2015, de autoria do deputado André Soares. Institui o Programa "Livro Para Todos".

6 - Projeto de lei nº 407, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Comunitária Prima", em Monte Mor.

7 - Projeto de lei nº 408, de 2015, de autoria do deputado Márcio Camargo. Dá a denominação de "Jornalista Hamilton Galhano" ao viaduto localizado na Rodovia SP 052 sobre a Rodovia SP 058, em Cruzeiro.

8 - Moção nº 19, de 2015, de autoria do deputado Caio França. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a apreciação e rejeição, com a maior brevidade possível, do Projeto de Lei nº 2.154/2011, e demais projetos correlatos, que dispõem sobre a extinção do Exame de Ordem para o exercício da advocacia.